



Eixo Temático: Educação Diversidade, Inclusão e Desigualdades

A CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS INCLUSIVAS E EQUITATIVAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL A PARTIR DA ESCUTA DAS CRIANÇAS E DA VALORIZAÇÃO DAS DIFERENÇAS NO COTIDIANO PEDAGÓGICO

THE CONSTRUCTION OF INCLUSIVE AND EQUITABLE PRACTICES IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION BASED ON LISTENING TO CHILDREN AND VALUING DIFFERENCES IN EVERYDAY PEDAGOGICAL CONTEXTS

Andreia Aparecida Czyzewski¹

Fabiana Alfing Matter²

RESUMO

O artigo analisa como práticas pedagógicas na Educação Infantil podem promover inclusão e equidade a partir do cotidiano escolar, entendido como espaço de investigação e transformação. Parte do reconhecimento de que as escolas são permeadas por diversidades e diferenças, que demandam enfrentamento ético, político e pedagógico. Com abordagem qualitativa, fundamenta-se em relatos de práticas, destacando o cotidiano como campo de produção de conhecimento. Evidenciam-se como centrais a escuta sensível das crianças, a organização intencional dos espaços e tempos, a mediação qualificada das interações e a valorização das singularidades. Esses princípios sustentam contextos mais justos e inclusivos, nos quais as crianças são reconhecidas como sujeitos de direitos, protagonistas e produtoras de cultura. O estudo conclui que a inclusão não ocorre por ações isoladas, mas por um processo contínuo e intencional, reafirmando o papel estratégico da Educação Infantil na promoção da equidade.

Palavras-chave: Diversidade. Educação Infantil. Equidade. Escuta. Inclusão.

ABSTRACT

The article analyzes how pedagogical practices in Early Childhood Education can promote inclusion and equity through everyday school life, understood as a space for investigation and transformation. It starts from the recognition that schools are permeated by diversity and differences, which require ethical, political, and pedagogical engagement. Using a qualitative approach, it is grounded in accounts of practices, highlighting daily life as a field for knowledge production. Central elements include the sensitive listening to children, the intentional organization of spaces and time, the qualified mediation of interactions, and the appreciation of

¹ Graduada em Pedagogia-UNIJUI. Especialista em Docência na Educação Infantil – UFMS. Professora da Rede Municipal de Ijuí. andreia.c@prof.smed.ijui.rs.gov.br.

² Graduada em Pedagogia-UNIJUI. Especialista em Orientação, Educação Especial e Gestão Escolar. Professora da Rede Municipal de Ijuí. fabimatter@gmail.com.



individual singularities. These principles support more just and inclusive contexts, in which children are recognized as subjects of rights, protagonists, and producers of culture. The study concludes that inclusion does not occur through isolated actions, but through a continuous and intentional process, reaffirming the strategic role of Early Childhood Education in promoting equity.

Key words: Diversity. Early Childhood Education. Equity. Listening. Inclusion.

INTRODUÇÃO

A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, constitui-se como um espaço fundamental para a construção de experiências que marcam o desenvolvimento humano. Esse período representa um tempo em que as crianças vivem, experimentam, atribuem sentidos e produzem cultura. Nessa perspectiva, compreende-se a criança como sujeito histórico e de direitos, que se constitui nas interações, nas relações e nas práticas cotidianas, elaborando sua identidade pessoal e coletiva. Assim, o cotidiano educativo ganha centralidade como território de aprendizagens, encontros e significações.

No interior das escolas das infâncias, as diferenças se manifestam de maneira intensa e diversa, permeando culturas familiares, linguagens, formas de brincar, modos de participação e condições sociais de vida. Essas diferenças, longe de representarem problemas a serem corrigidos, constituem a riqueza do contexto educativo. Contudo, quando não são reconhecidas, escutadas e valorizadas, podem se transformar em desigualdades que limitam as possibilidades de aprendizagem, interação e participação das crianças. É nesse cenário que se evidencia a necessidade de práticas pedagógicas comprometidas com a justiça social.

Diante disso, o papel da prática pedagógica se inscreve na dialética entre diferença e desigualdade, exigindo intencionalidade nas escolhas que organizam os espaços, os tempos e as interações. Defende-se que a inclusão e a equidade não se concretizam por ações pontuais, mas pela construção contínua de um cotidiano pedagógico fundamentado na escuta sensível e na valorização das singularidades. Nesse sentido, este estudo tem como objetivo analisar como as práticas pedagógicas podem promover inclusão e equidade, compreendendo que garantir



equidade implica assegurar não apenas o acesso, mas condições reais de participação, aprendizagem e pertencimento para todas as crianças.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo inscreve-se no campo da pesquisa qualitativa, de natureza descritiva e reflexiva, fundamentando-se em relatos de práticas pedagógicas desenvolvidas com bebês e crianças bem pequenas na Educação Infantil. Parte-se da compreensão de que o cotidiano educativo é um território potente de produção de sentidos, onde práticas, relações e escolhas docentes podem ser interrogadas, problematizadas e ressignificadas. Nessa perspectiva, a investigação assume o cotidiano como campo legítimo de conhecimento, deslocando-o de um lugar de repetição para um espaço de problematização crítica, no qual emergem indícios das condições de inclusão e equidade vivenciadas pelas crianças.

A produção e análise dos dados fundamentam-se na observação sensível e intencional do cotidiano, com foco nas interações, na participação das crianças e nas intervenções pedagógicas, sendo conduzidas por uma professora-pesquisadora que assume postura investigativa e implicada, utilizando registros reflexivos e documentações para tornar visíveis os processos, as linguagens e os modos de ser das crianças. Mais do que descrever, o processo envolve interpretar e problematizar a prática, buscando compreender como a organização dos espaços, tempos, mediações e o reconhecimento das singularidades podem favorecer ou limitar a inclusão e a equidade. Ancorada em princípios éticos, a pesquisa reafirma o compromisso com a escuta das crianças e com o cotidiano como espaço de produção de conhecimento. Nessa perspectiva, pensar a Educação Infantil a partir da inclusão e da equidade implica ressignificar o olhar sobre a criança, reconhecendo-a em sua complexidade e singularidade, superando visões homogêneas de desenvolvimento e assumindo que seus modos de ser e aprender se constroem nas relações, o que exige do professor uma postura ética, sensível e investigativa diante da diversidade das infâncias.

A Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017) fortalece esse reposicionamento ao situar as interações e as brincadeiras como eixos estruturantes da prática pedagógica e ao reconhecer a criança como sujeito histórico e de direitos. Tal compreensão amplia a



responsabilidade dos profissionais da educação, que passam a ser convocados a garantir experiências que não apenas respeitem, mas valorizem as diferenças, rompendo com práticas excludentes, ainda que sutis. De modo articulado, o Parecer CNE/CEB nº 20/2009 explicita que a garantia de direitos na Educação Infantil não se limita ao acesso, mas envolve permanência com qualidade e participação efetiva, o que demanda a construção de contextos educativos intencionalmente organizados para acolher todas as crianças, sem discriminação. Assim, a inclusão deixa de ser compreendida como adaptação pontual e passa a ser princípio estruturante do fazer pedagógico.

Ao dialogar com abordagens contemporâneas, como a experiência de Reggio Emília, amplia-se a compreensão da criança como protagonista de suas aprendizagens e produtora de cultura. Nesse horizonte, a escuta sensível emerge como uma postura ética que sustenta o trabalho pedagógico, exigindo do adulto disponibilidade para observar, interpretar, documentar e atribuir valor às múltiplas linguagens infantis. A organização dos espaços e tempos, por sua vez, revela-se como dimensão pedagógica e política, uma vez que pode tanto ampliar quanto restringir possibilidades de participação. Espaços acessíveis, esteticamente cuidados e provocadores, aliados a tempos que respeitam ritmos e processos, potencializam experiências inclusivas. Soma-se a isso a mediação qualificada das interações, por meio da qual o professor cria condições para relações mais respeitadas, cooperativas e equitativas, intervindo com intencionalidade para que todas as crianças se reconheçam como parte do coletivo.

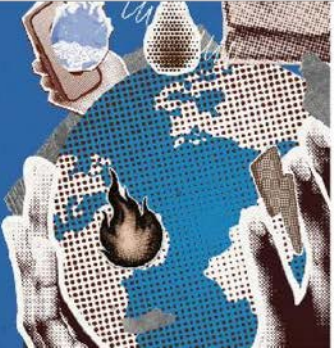
Nesse cenário, a equidade se configura como princípio que problematiza a noção de igualdade, ao evidenciar que tratar todos de maneira idêntica pode aprofundar desigualdades. Promover equidade implica reconhecer as diferentes condições de partida e assegurar apoios, estratégias e oportunidades que garantam a participação plena de cada criança. Assim, inclusão e equidade não se resignificam como ações isoladas ou complementares, mas como fundamentos que atravessam todo o fazer pedagógico. Elas se concretizam nas escolhas cotidianas, nos gestos, nas relações e nas experiências propostas, configurando-se como compromisso ético e político com a construção de uma Educação Infantil que reconhece, acolhe e potencializa a diversidade como elemento central na constituição de sujeitos e de uma sociedade mais justa.

IV SIEPEC
SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E
PESQUISA EM EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS

XXIV ENACED
ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

VI ENTECI
ENCONTRO DE DEBATES SOBRE TRABALHO,
EDUCAÇÃO E CURRÍCULO INTEGRADO

**O PAPEL DA EDUCAÇÃO
NO ENFRENTAMENTO
DA CRISE CLIMÁTICA**



 15 A 17 DE JUNHO DE 2026

 SALÃO DE ATOS - CAMPUS IJUÍ

A promoção da inclusão e da equidade na Educação Infantil não se reduz a um conjunto de estratégias pontuais, mas se constitui na articulação intencional e cotidiana dos espaços, dos tempos e das interações, entendidos como dimensões estruturantes e indissociáveis da prática pedagógica. Conforme orienta a Base Nacional Comum Curricular, as interações e as brincadeiras não apenas organizam o trabalho educativo, mas revelam uma concepção de aprendizagem que se dá na relação, na experiência e na produção de sentidos. Nessa perspectiva, romper com propostas homogêneas e descontextualizadas implica reconhecer que é no encontro entre crianças, ambientes e materiais que emergem processos significativos de aprendizagem, marcados pela diversidade de trajetórias, ritmos e modos de participação.

No cotidiano institucional, a organização de vivências coletivas evidencia essa intencionalidade pedagógica. A proposta de um espaço de exploração com areia, composta por materiais como funis, peneiras, colheres e bacias, configura-se como um ambiente investigativo, no qual as crianças são convidadas a experimentar, manipular e produzir conhecimentos. Conforme aponta Fochi (2015), “é na relação com materiais potentes e contextos significativos que a criança constrói hipóteses e elabora teorias sobre o mundo”. Observa-se, nesse contexto, que cada criança se envolve de maneira singular: algumas permanecem por mais tempo, aprofundando suas descobertas; outras transitam entre diferentes experiências, retornando posteriormente; enquanto algumas exploram de forma mais breve. Tais movimentos evidenciam a necessidade de práticas pedagógicas que reconheçam e legitimem a diversidade dos modos de participação.

Nesse deslocamento de uma lógica transmissiva para uma postura investigativa, a docência se reinventa como prática de escuta, interpretação e documentação. Inspirada em perspectivas que reconhecem a criança como protagonista e produtora de cultura, a escuta sensível deixa de ser técnica e se consolida como postura ética, que sustenta planejamentos flexíveis e contextualizados. A organização dos espaços e tempos, nesse contexto, ganha densidade pedagógica ao considerar acessibilidade, estética, provocação e respeito aos ritmos individuais, rompendo com padronizações que silenciam diferenças. Da mesma forma, a mediação das interações, especialmente nos conflitos, revela-se como campo privilegiado de aprendizagem social, no qual o professor atua não para suprimir divergências, mas para qualificá-las como experiências de negociação, construção de regras e exercício da empatia.



As práticas culturais, como a leitura e a contação de histórias, constituem-se como experiências estéticas, simbólicas e relacionais que ultrapassam a dimensão do entretenimento ou da transmissão de narrativas. Elas ampliam horizontes de compreensão do mundo, possibilitando às crianças acessar diferentes linguagens, tempos, culturas e modos de existência, ao mesmo tempo em que fortalecem vínculos afetivos e sociais no interior do grupo. Nesse movimento, o ato de narrar e ouvir histórias instaura um espaço coletivo de imaginação e escuta partilhada, no qual as crianças não apenas recebem narrativas, mas também as reinterpretem, recriam sentidos e inscrevem suas próprias experiências no universo simbólico construído. Assim, a leitura e a contação de histórias afirmam-se como práticas de produção de cultura na infância, que reconhecem a criança como sujeito ativo na construção de significados.

O pátio, por sua vez, ao se constituir como território educativo aberto, plural e atravessado por múltiplas interações, assume centralidade na vivência da infância no espaço coletivo da Educação Infantil. Mais do que um lugar de recreação, configura-se como espaço de encontro entre turmas, idades, gestos, corpos e modos diversos de brincar, onde o movimento, a espontaneidade e a convivência entre diferentes grupos ampliam as possibilidades de socialização e aprendizagem. Nesse contexto, o pátio produz experiências compartilhadas que favorecem o exercício da alteridade, da negociação e da construção de vínculos entre crianças de diferentes turmas, rompendo com fronteiras rígidas de agrupamento. Sua potência pedagógica reside justamente em sua abertura ao imprevisível, ao encontro e à criação coletiva, configurando-se como ambiente vivo, que participa ativamente da formação das relações e dos modos de estar no mundo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As práticas analisadas indicam que a inclusão na Educação Infantil não se reduz a adaptações pontuais, mas exige uma transformação estrutural do contexto pedagógico, com a reconfiguração intencional de espaços, tempos e interações para reconhecer e legitimar as diversas formas de participação das crianças. Nesse sentido, ampliar o envolvimento vai além de diversificar propostas, implicando garantir condições reais de pertencimento, expressão e aprendizagem, em consonância com o princípio de que todas as crianças têm direito a participar ativamente da vida coletiva por meio de experiências significativas que efetivamente produzam inclusão no cotidiano.



A observação do cotidiano evidencia que a participação infantil ocorre em ritmos, intensidades e trajetórias diversas, rompendo com expectativas de linearidade e homogeneidade, pois enquanto algumas crianças se engajam de forma contínua, outras transitam entre experiências e a elas retornam em diferentes tempos. Longe de indicar dispersão, esses movimentos revelam modos singulares de relação com o conhecimento, o ambiente e o coletivo, e reconhecê-los como legítimos implica um deslocamento no olhar docente, favorecendo práticas mais inclusivas e equitativas, comprometidas com o respeito às singularidades.

Nesse contexto, a escuta sensível do professor configura-se como eixo central da prática pedagógica, orientando uma docência investigativa, interpretativa e aberta ao imprevisível, que reconhece as produções infantis como fontes legítimas de conhecimento e as integra a um currículo vivo e contextualizado, valorizando múltiplas linguagens como formas de expressão. Assim, observar, documentar e interpretar tornam-se ações constitutivas do fazer pedagógico. Paralelamente, as interações entre as crianças, especialmente em situações de negociação e conflito, revelam a riqueza das experiências sociais na infância, nas quais elas constroem aprendizagens sobre convivência, justiça e alteridade; nesse sentido, o conflito é compreendido como potência formativa, cabendo à mediação docente sustentar essas vivências e ampliá-las como oportunidades de expressão, escuta e aprendizagem coletiva.

Ao dialogar com a noção de pluralidade de saberes, compreende-se que a promoção da equidade envolve reconhecer e valorizar a diversidade de formas de conhecimento e expressão presentes no cotidiano. Na Educação Infantil, isso implica considerar que a exclusão não ocorre apenas pela falta de acesso, mas também pela pouca valorização de determinadas linguagens e modos de participação. Nesse sentido, reconhecer as crianças como produtoras de cultura requer um compromisso contínuo com a escuta e a legitimação de suas vozes, especialmente daquelas que, ao longo do tempo, foram menos visibilizadas.

Dessa forma, evidencia-se que práticas pedagógicas comprometidas com a equidade exigem mais do que ajustes metodológicos: demandam uma revisão profunda das concepções que orientam o olhar e a ação do professor. Trata-se de deslocar-se de uma lógica normatizadora e homogeneizante para uma perspectiva que assume a diversidade como princípio estruturante da ação educativa. Nesse movimento, a inclusão deixa de ser uma ação direcionada a alguns e



passa a constituir um compromisso ético, político e pedagógico com todos, contribuindo para a construção de uma Educação Infantil que, desde o início da vida, funda relações mais justas, democráticas e efetivamente inclusivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das práticas pedagógicas no cotidiano da Educação Infantil evidencia que a promoção da inclusão e da equidade ultrapassa a dimensão metodológica, configurando-se como um compromisso ético, social e político que atravessa todas as dimensões do fazer docente. Ao organizar intencionalmente espaços, tempos e interações, e ao reconhecer as crianças como sujeitos ativos, produtores de cultura e de sentidos, a escola se configura como um espaço de construção de justiça social desde a primeira infância.

As experiências analisadas indicam que práticas fundamentadas na escuta sensível, na valorização das múltiplas formas de participação e na mediação qualificada das interações favorecem a constituição de um currículo vivo, contextualizado e atento às singularidades das crianças. Nesse processo, o professor desloca-se de uma posição centrada na transmissão de conhecimentos para assumir o papel de pesquisador do cotidiano, capaz de interpretar as expressões infantis e transformá-las em experiências significativas de aprendizagem.

Ao dialogar com os princípios da Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017) e do Parecer CNE/CEB nº 20/2009 (BRASIL, 2009), bem como com as contribuições de autores contemporâneos e da abordagem de Reggio Emilia, reafirma-se a necessidade de uma prática pedagógica que rompa com lógicas homogeneizadoras e reconheça a diversidade como elemento constitutivo do processo educativo. Nessa direção, a valorização das experiências culturais das crianças e o reconhecimento de suas múltiplas linguagens consolidam-se como fundamentos para a construção de contextos mais democráticos e inclusivos.

Além disso, ao considerar a perspectiva de Boaventura de Sousa Santos (2007), compreende-se que a legitimação de diferentes formas de saber e de expressão no cotidiano da Educação Infantil contribui para a construção de uma pluralidade de saberes, fundamental para o enfrentamento das desigualdades sociais. Assim, a instituição educativa deixa de ocupar apenas um lugar de acolhimento das diferenças e passa a atuar ativamente na produção de outras formas de convivência, pautadas na justiça, no respeito e na solidariedade.



Por fim, destaca-se que o alcance dessas práticas ultrapassa os limites da escola, uma vez que incide diretamente na constituição de sujeitos éticos, sensíveis às diferenças, capazes de exercer o pensamento crítico e de se implicar em relações sociais pautadas pelo reconhecimento da diversidade. Nesse sentido, investir em uma Educação Infantil comprometida com a equidade implica compreender a educação como um processo formativo de caráter político e histórico, atravessado por escolhas que produzem modos de ser, conviver e significar o mundo. Assim, a prática pedagógica cotidiana não pode ser concebida como neutra ou meramente técnica, mas como uma ação intencional que participa da produção de sentidos sociais. Ao reconhecer e valorizar as diferenças desde os primeiros anos de vida, a escola contribui para a consolidação de uma formação humana orientada pela justiça social, pela ampliação da participação e pela construção de uma sociedade efetivamente democrática e inclusiva.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. *Parecer CNE/CEB nº 20/2009: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil*. Brasília, 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC, 2017.
- CORSARO, William A. *Sociologia da infância*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- FOCHI, Paulo. *A docência na Educação Infantil*. Porto Alegre: Penso, 2015.
- FOCHI, Paulo. *Afinal, o que os bebês fazem no berçário? Comunicação, autonomia e saber-fazer de bebês em um contexto de vida coletiva*. Porto Alegre: Penso, 2015.
- GOMES, Nilma Lino. *Educação e diversidade cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- KRAMER, Sonia. *A infância e sua singularidade*. São Paulo: Cortez, 2007.
- MALAGUZZI, Loris. Histórias, ideias e filosofia básica. In: EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Lella; FORMAN, George (org.). *As cem linguagens da criança*. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A crítica da razão indolente*. São Paulo: Cortez, 2007.